



## Jornal FNE Edição 32 – Jan/05

---

Na edição que encerra 2004 e abre 2005, as perspectivas para o nosso futuro próximo. Em matéria de capa, uma agenda fundamental para o ano que vem: a luta por uma política permanente de recuperação do salário mínimo e de reajuste da tabela do Imposto de Renda. Ambas questões urgentes e de justiça. Outra questão inevitavelmente em pauta será a reforma sindical, anunciada para começar a tramitar no Congresso em janeiro. A mobilização terá de ser para impedir a aprovação da PEC (Proposta de Emenda Constitucional), que altera o artigo 8º da Carta Magna e acaba com os sindicatos por categoria. Alternativamente, defende-se projeto que regulamenta a Constituição e aprimora a legislação vigente. Encabeçado pelo deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG), esse já conta com a adesão de cerca de 200 parlamentares.

Em entrevista, o ex-presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Carlos Lessa, mostra as possibilidades de levar adiante um projeto nacional de desenvolvimento com inclusão social. Tal opção, como ele sentiu na pele, sempre enfrentará a forte oposição daqueles que há muito lucram com o status quo, o que não significa que deva ser abandonada.

E ainda: o papel da tecnologia na agricultura e reforma agrária, a polêmica Lei de Inovações e o que acontece nos estados.

Bom proveito.

# CAPA

---

Aumento de 15,4% no valor do salário mínimo a partir de maio – passando de R\$ 260,00 para R\$ 300,00 – e correção em 10% da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física em janeiro. Com isso, a faixa de isenção mensal subirá de R\$ 1.058,00 para R\$ 1.164,00. Após muita discussão e mobilização, as decisões anunciadas pelo Governo no dia 15 de dezembro repercutiram, de imediato, na elevação da popularidade do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Isso mesmo estando ainda em debate a antecipação da data de reajuste do mínimo para janeiro.

Fato é que os percentuais permanecem aquém do necessário. Quanto à remuneração do trabalhador brasileiro, para que esse tivesse suas necessidades básicas atendidas, previstas na Constituição, deveria ser de R\$ 1.510,67. O valor, calculado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), é o historicamente defendido pelo movimento sindical, destaca o presidente da CBP (Central Brasileira de Profissionais), Jorge Gomes. Sobre o tema, segundo ele, seria muito mais importante estabelecer uma política estável de recuperação da remuneração ano a ano, que desse “uma noção real de crescimento do poder aquisitivo das pessoas”. Para viabilizar isso, o Governo comprometeu-se a enviar ao Congresso proposta de criação de uma comissão quadripartite – composta por seus representantes, bem como dos empresários, trabalhadores e aposentados. Essa foi uma das reivindicações de centrais sindicais em sua marcha a Brasília, entre 13 e 15 de dezembro.

## Campanha

No caso do IR, a defasagem, lembra Gomes, já está em 63%. Em campanha que tem como mote “Não ao saque oficial”, lançada em maio de 2004, a CBP visa reverter essa situação. Assim, luta pelo reajuste integral da tabela ou o estabelecimento de uma política de longo prazo, “para que não se cometa injustiça tributária com a classe média”. Enquadrada nessa camada intermediária, boa parte dos profissionais liberais está hoje na faixa de desconto mensal de 27,5% – que engloba os que ganham acima de R\$ 2.115,00.

Gomes questiona: “O interesse é fazer demagogia ou estabelecer uma política sobre essas questões?” Pelo menos no que tange ao mínimo, a resposta pode depender da efetiva instalação e funcionamento da nova comissão. À obtenção da correção integral da tabela do IR, por seu turno, a mobilização deverá ser crucial.

# OPINIÃO

---

A reforma do setor elétrico inglês teve uma racionalidade econômica. Era urgente uma melhoria de eficiência energética, pois, na década de 80, o País dependia de velhas usinas a carvão poluidoras e caras. Graves problemas marcavam o relacionamento do Governo com os trabalhadores da indústria carvoeira. Havia uma motivação para, através da competição, promover a substituição dessas usinas por outras a gás, modernas e baratas.

Também a Califórnia, apesar de ter se transformado no contra-exemplo das reformas mercantis, num primeiro momento, se aproveitou da abertura do mercado para se libertar dos contratos com as caras “qualifying facilities”, que, na década de 70, foram o recurso adotado para a redução da dependência do petróleo.

A experiência brasileira de reforma mercantil de seu setor elétrico e a subsequente revisão, culminando com a realização do leilão de energia, quando observadas nesse contexto, atingem as fronteiras do bizarro.

A legislação que manteve o cancelamento progressivo dos contratos iniciais, um fragmento do modelo do Governo anterior, está na contramão da experiência internacional de implantação da concorrência na geração. Na prática, promovemos uma reforma para nos livrar de energia amortizada, substituída por caras térmicas, algumas nas costas da Petrobras. O leilão de energia só fechou com chave de ouro um longo processo, pois as empresas públicas, donas de uma bruta sobra, evidentemente, venderam energia por oito anos por menos de U\$ 20/MWh. Certamente, uma curiosa racionalidade!

Roberto Pereira d' Araújo é diretor do Ilumina (Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético)

Falsa panacéia

Carlos Abraham

O Brasil se parece com uma determinada personagem da vida artística nacional, que já se submeteu a mais de duas dezenas de cirurgias plásticas: vive sob uma eterna reforma. Sucedem-se governos e a solução encontrada para resolver os problemas – ou não resolvê-los – é sempre essa. Acabamos de sofrer uma reforma (?) tributária, que, além de não resolver qualquer grave problema que afeta a economia nacional, criou mais agravos para os prestadores de serviço.

A bola da vez é a sindical. Com o PT no Governo, todos esperávamos que os ventos da mudança viessem a favor da vida do trabalhador. Afinal, todo vento tropical é fresco e somos um enorme país tropical, como bem nos ensinou Jorge Ben. Entretanto, o partido até agora mostrou seu lado mais equatorial.

Essa reforma sindical proposta pelos ex-dirigentes que hoje ocupam o Ministério do Trabalho e Emprego é uma violência contra o sindicalismo brasileiro, pelo menos a sua parte séria e responsável. Modificando o artigo 8º da Constituição Federal, como propõe o Governo por meio de uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional), e acabando com a unicidade sindical, estar-se-á criando milhares de monstregos capengas, que vão aniquilar o poder de barganha dos trabalhadores, especialmente os das categorias diferenciadas. A quem interessa isso? Será que somente à CUT (Central Única dos Trabalhadores), que parece ser a única central que continua apoiando esse projeto?

As relações de trabalho no Brasil precisam ser modernizadas. Mas a discussão em torno desse assunto tem que ser tratada de forma séria, e não da maneira truculenta como o Governo tem imposto. Os sindicatos possuem um papel fundamental nas relações de trabalho em todo o mundo. As categorias profissionais têm suas peculiaridades, que devem ser respeitadas. Defendemos uma reforma sindical séria, como a que foi proposta pelo FST (Fórum Sindical dos Trabalhadores), e não esse arremedo que vai contra os anseios dos trabalhadores e põe abaixo as mais elementares garantias individuais. É de se perguntar: o que é isso, companheiros?

*Carlos Abraham é presidente do Senge-SC*

# ENGENHARIA

---

Planejar melhor as ações na agropecuária e em áreas de preservação ambiental. Essa é uma das possibilidades que se abrem com o uso do geoprocessamento no campo, garante Pérola Morais Calil, supervisora de geoprocessamento da Agência Rural, órgão ligado à Secretaria de Estado da Agricultura de Goiás. A ferramenta engloba todo o processamento de dados georreferenciados, como sistema de informações geográficas, sensoriamento remoto, cartografia automatizada e GPS (Global Positioning System).

A Agência Rural já adota esse instrumento para assegurar um controle melhor de plantações. “Em parceria com a Fundação de Goiânia, implantamos um programa de monitoramento do bicudo (praga) do algodoeiro e estamos utilizando para a safra 2003-2004”, exemplifica Calil. Além do uso localizado, está em construção o Sistema de Informações Geográficas do cadastro único de propriedades rurais no Estado de Goiás. “Após sua conclusão, vai ser possível prever várias ações para a melhoria da qualidade da produção agropecuária. O cadastro vai dar suporte à rastreabilidade bovina e ao controle de diversas doenças vegetais”, enfatiza a supervisora. De acordo com ela, o banco de dados estará pronto no final de 2005.

Com a tecnologia, relata João Henrique Caviglione, pesquisador responsável pelo geoprocessamento do Iapar (Instituto Agrônomo do Paraná), é possível ainda traçar estratégias de controle da erosão em uma determinada área, avaliar o solo e desenvolver o zoneamento agroclimático e agrometeorológico. “Isso abrange todo o conhecimento de uma cultura e permite ver qual é mais exigente em geada ou insolação”, explicita. De acordo com o pesquisador, o uso do geoprocessamento resulta em melhor economia de insumos agrícolas e aumento na eficiência da produção de 10% a 15%. As cartas climáticas do Estado constam no site do Iapar. “Ao consultar o mapa pelo município, o produtor sabe em qual data vai plantar com menos riscos. Para frutíferas, pode conhecer a região mais apta”, observa.

A Embrapa Monitoramento por Satélite (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) também tem recorrido à tecnologia para fazer o mapeamento do uso e ocupação das terras. Quem revela é o pesquisador e doutor em ecologia José Roberto Miranda: “Estamos trabalhando em áreas diferentes, como a de caatinga, na Amazônia, de cerrado, no Planalto Central, e de agricultura intensiva, em São Paulo.” Conforme ele, com o conhecimento da cultura e sistema de produção, é possível ter uma idéia, por exemplo, de quanto se aplica de agrotóxicos e qual o nível de contaminação do local.

Afora essa pesquisa, a Embrapa, ressalta Miranda, já gerou sistemas de cartas de uso das terras para várias cidades e estados através de imagens por satélite, muitos também disponíveis em seu site. “Mapeamos todo o Maranhão e o Tocantins”, destaca. Famosa pelo cultivo de flores, Holambra, no Interior de São Paulo, é outro exemplo. “Sei te dizer quantos pés de laranja têm lá. Ali, mapeamos os usos agrícolas, pastagem para produção pecuária, estufas de flores, área urbana, cursos d’água. Depois, levantamos uma série de parâmetros relativos a emprego da mão-de-obra, quanto se gera de receita por hectare e se utiliza de insumos, agrotóxicos e água para irrigar.” Conforme Miranda, a Prefeitura tem recorrido às informações para planejar o desenvolvimento ordenado da cidade. “O mapeamento é

fundamental para se ter um diagnóstico de como o município está utilizando o espaço dele, onde é preciso conservar o recurso hídrico, quais as áreas em que poderia melhorar a rede viária. Pode-se mapear temas variados e a partir daí traçar uma política”, complementa.

### Reforma agrária

O geoprocessamento permite ainda, de acordo com Edaldo Gomes, assessor da Presidência e coordenador da Divisão de Ordenamento Territorial do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o estabelecimento de planos de destinação de terras públicas. Na sua concepção, hoje esse instrumento é fundamental inclusive para se realizar a tão almejada reforma agrária. “O Estado vai poder ver onde existem mais áreas de devolução e quais são passíveis dessa ação”, atesta Calil.

O uso da tecnologia no meio rural vem crescendo, não apenas pela simplificação do processo trazida com o GPS e conseqüente economia de recursos na medição, mas também em cumprimento da Lei nº 10.267/01. “A partir dela, transações imobiliárias só podem acontecer se o interessado produzir uma planta georreferenciada, que tem que ser submetida ao Incra, o qual a analisa para ver se o polígono não se superpõe a nenhum outro e então emite certificação”, explica Gomes. Para ele, é uma mudança de paradigma importante ao País. “A lei começa a destruir ações de grilagem, na medida em que impede que transações comerciais possam ocorrer em terras públicas constantes no nosso cadastro”, acrescenta. Na sua análise, isso vai acelerar o conhecimento da malha fundiária no País, que tem apenas um percentual pequeno mapeado. O projeto, informa o coordenador do Incra, prevê a cobertura de toda a Nação num período de nove anos e tem orçamento de US\$ 260 milhões.

# SINDICAL

---

O secretário nacional de Relações do Trabalho, Osvaldo Bargas, tem se esforçado em apresentar a proposta de reforma sindical originada no FNT (Fórum Nacional do Trabalho) como o “resultado de um amplo processo de negociação e consenso”. A realidade, contudo, vem conspirando para contrariá-lo. Desde o início, esses debates não contaram com as entidades de base, que foram alijadas do processo, circunscrito, no que diz respeito aos trabalhadores, às três principais centrais sindicais – CUT (Central Única dos Trabalhadores), Força Sindical e CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores). Para completar, essas duas últimas retiraram-se do FNT no meio do caminho.

O clima de incerteza e profusão de divergências ficou mais uma vez confirmado em debate realizado no final de novembro na sede do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo. E, para pesar do secretário, na ocasião, a opinião unânime sobre o assunto chocou-se frontalmente com seus desejos: é preciso organizar a resistência e impedir que seja aprovada a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que altera os artigos 8º, 11 e 37 e abre caminho ao projeto de lei que modifica a legislação sindical brasileira – as duas matérias chegaram na segunda quinzena de novembro à Casa Civil e devem entrar na pauta do Congresso no início de 2005.

Não poupando críticas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, segundo ele, “não mais representa os trabalhadores, mas sim o capital financeiro”, o presidente da CGT, Antonio Carlos dos Reis, o Salim, refutou a premissa básica da reforma, que seria a crise de representatividade do movimento sindical brasileiro: “Somos um dos mais fortes do mundo. Enfrentamos 20 anos de ditadura e elegemos um presidente da República.” Embora ressaltando que a sua organização havia deixado o fórum devido à edição da Portaria 160 pelo Ministério do Trabalho, o vice-presidente da Força, Danilo Pereira da Silva, também criticou o seu resultado. Na sua opinião, deveriam ser tratados os pontos positivos que encontram convergência e visam o fortalecimento das entidades. “Temos que nos preocupar em fazer uma reforma que atenda os trabalhadores, mas não se trata de destruir tudo o que foi construído.”

O engenheiro Jorge Gomes, presidente da CBP (Central Brasileira de Profissionais), entidade recém-criada que visa congrega os profissionais liberais, também foi taxativo quanto aos vícios dos projetos. “Mesmo sem conhecer a vírgula ou o artigo, não podemos permitir que essa PEC, que acaba com o sindicato por categoria, seja aprovada. Essa é uma luta de resistência pelo aperfeiçoamento e contra a destruição do nosso movimento.” O alerta descarta o encaminhamento previsto por Bargas, segundo o qual, enquanto a emenda à Constituição estiver sendo discutida no Congresso Nacional, será feito o debate sobre questões específicas como o caso dos engenheiros que, permeando todos os setores da economia, não poderiam se organizar por ramo de atividade. Insistindo a que o tema seja tratado já na Câmara Setorial de Profissionais Liberais criada para esse fim, o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, voltou a cobrar do secretário a implantação efetiva desse canal de discussão. A primeira reunião, que vem sendo adiada desde junho, ficou agora agendada para janeiro.

Mais ponderado que os sindicalistas descontentes com o rumo da reforma, o consultor sindical João Guilherme Vargas Netto listou o que considera as avenidas que devem ser seguidas no processo da reforma: legalização das centrais sindicais, representação no local de trabalho, aumento de representatividade e garantia de recursos viáveis às entidades. “Nesse sentido, o esforço que deve ser feito hoje é para a divulgação das várias propostas em discussão, a começar pela originada no FNT. Assim, podemos travar uma discussão séria com todos os participantes do movimento.” Na sua avaliação, nesse debate, haverá amadurecimento, entre outros pontos, quanto à necessidade de um tratamento diferenciado das categorias e entidades que representam profissionais com formação universitária e têm papel ativo no enquadramento do processo produtivo.

#### Onde mora o perigo

Um exame muito atento do que prevê o texto que altera a Constituição é o que recomendou o jornalista e diretor do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), Antônio Augusto de Queiroz. “A versão que circulou como sendo a que seria encaminhada para exame da Casa Civil é absolutamente genérica. Isso cria certa insegurança, porque a sua regulamentação se dá por lei ordinária, o que inclui medida provisória do Presidente da República”, observou.

Assim, ressaltou ele, há diversas possíveis armadilhas nessas mudanças: “Um dos dispositivos da Constituição atual proíbe a intervenção na organização sindical. O texto novo fala em não-intervenção apenas nas entidades.” Além disso, elimina o conceito de categoria sem deixar claro o que o substituirá. Dessa forma, dá margem à representação por empresa ou andar de edifício. Outro ponto que poderia ser tratado e sanado já na PEC, segundo Queiroz, seria a garantia da representação específica dos profissionais liberais. Além dessas incertezas, ele chamou a atenção para a reforma do Judiciário, que acabou com o poder normativo da Justiça do Trabalho, exigindo acordo entre patrões e empregados para levarem seus conflitos a esse ente. Tal situação, lembrou o representante do Diap, coloca o trabalhador em condição desfavorável. “Haverá um embate grande no Congresso, então devemos estar preocupados para que essa intenção do Governo de oxigenar e tornar as entidades mais representativas concretize-se e venha em benefício do movimento e não deixe valer a vontade do empresariado”, concluiu.

#### Agenda real

Na avaliação do deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG), lamentavelmente há poucas chances de que essa proposta de reforma produza benefícios aos trabalhadores, tendo em vista seus reais objetivos. De acordo com o parlamentar, nesse debate, há um duplo movimento. Um deles é a tradicional posição das forças hegemônicas da CUT (Central Única dos Trabalhadores), que defendem há muito tempo o pluralismo sindical. O outro é a pauta da elite e do núcleo econômico do Governo. “Os empresários no Brasil vivem sob enorme pressão de um sistema tributário escorchante e de uma política de juros infamante. Assim, a moeda de



troca, a variável de ajuste são os direitos trabalhistas. Portanto, a essência da reforma sindical é a viabilização da trabalhista.” Segundo ele, um caminho para isso será na tramitação da PEC a incorporação a ela de uma anterior, de autoria do ministro Ricardo Berzoini enquanto deputado, que reza que “o contrato coletivo por ramo de produção é a base do sistema jurídico do trabalho”. Com isso, explicou Miranda, passa a valer o negociado sobre o legislado. Signatário, juntamente com outros 200 parlamentares, de um projeto de lei que regulamenta o artigo 8º ao invés de alterá-lo, Miranda defendeu essa alternativa em contraponto ao que quer o Governo. “Vamos romper com as mazelas que existem no movimento sindical, garantir estatuto democrático e reconhecer as centrais”, propôs.

Pessimista em relação a uma boa solução para o embate no âmbito do Congresso Nacional, o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) foi categórico: “Nesse jogo sujo político, nós já perdemos, porque a base governista tem folgada maioria e a oposição apóia esse projeto”, disparou. Assim, a estratégia indicada por ele é vetar o assunto. “Não vamos aceitar discutir isso, vamos impedir qualquer reforma sindical e trabalhista”, asseverou.

O que acontece nos estados

PA

Ação garante reposição de perdas na Celpa

No dia 6 de dezembro, a Celpa (Centrais Elétricas do Pará) foi condenada pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho) a pagar R\$ 600 milhões a funcionários e ex-empregados da distribuidora de energia do Estado, correspondentes à reposição das perdas decorrentes do Plano Bresser. A ação trabalhista foi impetrada há 14 anos pelo Sindicato dos Urbanitários e tem como litisconsorte o Senge-PA. Não cabe mais recurso à decisão.

Contra o desconto do INSS sobre o 13º

O sindicato entrará com ação trabalhista para que os engenheiros obtenham a restituição dos valores do INSS recolhidos indevidamente no décimo terceiro salário nos últimos dez anos. Além disso, a luta na justiça é pela cassação da incidência do desconto nas próximas gratificações natalinas.

A ação fundamenta-se no que determina a Lei nº 8.212/91. Essa dispõe sobre a organização da seguridade social e estabelece que o desconto mensal do INSS deverá incidir sobre a totalidade paga no mês, incluindo expressamente salário e 13º.

SP

#### Seesp entrega prêmio Personalidade da Tecnologia

Em comemoração ao Dia do Engenheiro – 11 de dezembro –, o Seesp concedeu, em solenidade no dia 14, aos profissionais que se destacaram durante o ano o tradicional prêmio Personalidade da Tecnologia 2004. Foram agraciados Carlos Henrique de Brito Cruz, reitor da Unicamp (Universidade de Campinas), na categoria “Ensino e Pesquisa”; Maurício Novis Botelho, presidente da Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica), em “Indústria”; Aron José Pazin de Andrade, do Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, em “Bioengenharia”; Laércio José de Lucena Cosentino, presidente do Grupo Microsiga, em “Informática”; Nelson Zuanello, conselheiro da FDTE (Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia), em “Ciência e Tecnologia”; e Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), em “Valorização Profissional”.

RS

#### Senge debate estratégias para negociação com estatais

O sindicato vem discutindo com os engenheiros que atuam nas estatais do Rio Grande do Sul estratégias de ação que levem à reposição da defasagem salarial que os atinge – no atual Governo, já chega a 23%. “E as perspectivas para o próximo ano não são animadoras”, avisa o presidente da entidade, Joel Fischmann.

Ele se refere à aprovação, pela Assembléia Legislativa do Estado, da proposta do Executivo para o orçamento de 2005, que não prevê recursos sequer para cobrir o crescimento vegetativo da folha de pagamentos. Ainda em novembro, o Senge-RS havia protestado formalmente contra essa situação, ao enviar carta a todos os deputados estaduais, solicitando a não-aprovação da proposta orçamentária – uma vez que, do ponto de vista do tratamento dado ao funcionalismo, ela é também discriminatória: provê, corretamente, recursos para reposição salarial ao Judiciário e ao Legislativo, não adotando igual critério para com os órgãos e empresas vinculadas ao Executivo.

Em algumas delas, os profissionais de engenharia enfrentam ainda outros problemas. A Emater/RS, por exemplo, deixou de pagar o salário mínimo profissional – objeto da sentença judicial durante o Governo Olívio Dutra e que a atual diretoria segue descumprindo.

CE

#### Engenharia em praça pública

Esse foi o título de evento promovido no dia 14 de dezembro, em comemoração ao Dia do Engenheiro, pelo Senge-CE. O acontecimento, em praça pública, visou principalmente conscientizar a população da importância das profissões da área tecnológica no seu dia-a-dia. Diversas atividades foram desenvolvidas, entre as quais serviços de prevenção de acidentes

com manuseio de botijão de gás de cozinha e eletricidade, apresentação de coleta seletiva de lixo e dos programas para cursos de capacitação de mão-de-obra da construção civil. Houve ainda exposições culturais como maracatu, teatro e coral, além de sorteios.

SC

Reforma sindical é questionada na Alesc

O tema foi discutido no dia 6 de dezembro, na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em evento que reuniu representantes de sindicatos de várias categorias, incluindo os engenheiros. O encontro visou dar seqüência à mobilização nacional contra a proposta de reforma sindical. Essa, segundo representantes dos trabalhadores, não foi discutida nas bases.

O presidente do Senge e diretor da FNE, Carlos Abraham, discorreu sobre a importância da união do movimento nesse momento e falou sobre a intenção do Executivo federal com a reforma sindical, que seria fazer a trabalhista. José Calixto, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, também explicou sobre o que considera a real pretensão do Governo.

Vice-governador recebe representantes

No mesmo dia, o vice-governador de Santa Catarina, Eduardo Pinho Moreira, recebeu no Palácio do Governo representantes de federações de trabalhadores, os quais entregaram uma carta em defesa da unicidade sindical, que traduz o pensamento majoritário do movimento, solicitando o apoio e a interferência política do Governo de Santa Catarina.

# ENTREVISTA

---

A demissão de Carlos Lessa da presidência do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) – finalmente consumada em 18 de novembro após ter sido anunciada pela imprensa por 73 vezes – foi profundamente lamentada Brasil afora. Ao menos por aqueles que viam na atuação do professor a chance de uma guinada na política econômica. Comemoraram, no entanto, os diversos e poderosos inimigos que Lessa acumulou. Para esses, era inadmissível, por exemplo, exigir garantias para empréstimos a corporações estrangeiras ou recuperar a indústria naval nacional.

De volta à função de sua predileção, de professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Lessa mantém o otimismo, apesar das “ilusões do Presidente Lula”. Em dezembro último, ele esteve em São Paulo para receber mais uma das homenagens que se tornaram freqüentes em sua agenda. Entre pedidos de autógrafo, falou a Engenheiro sobre sua saga no BNDES e as perspectivas para o País.

Engenheiro: Qual era o seu projeto à frente do BNDES?

Lessa: O BNDES é um banco de desenvolvimento, que se move a partir de orientações gerais. Assim, nós interpretamos, desde o primeiro momento, a vitória do Lula como uma proposta de elevar o desenvolvimento nacional sob um novo modelo, no qual a inclusão social seria uma diretiva central. Isso dava, no caso brasileiro, a principalidade da exportação, não que essa possa promover o desenvolvimento, mas porque a falta de reservas cambiais bloqueia o avanço. Era necessário dar importância à infra-estrutura, às atividades produtivas, muito especialmente àquelas que incorporassem mão-de-obra. Além disso, as políticas sociais têm rebatimento na esfera produtiva. Por exemplo, com o Fome Zero, a suposição é de que todos vão comer proteína animal, ou seja carne de boi, frango, porcos, ovos, leite. Então, na perspectiva do BNDES, implicava dar alta prioridade à indústria do frio. Também atenção especial à indústria do trigo, um complexo enorme, que vai dos moinhos às máquinas agrícolas. Uma preocupação prioritária foi a indústria farmacêutica. O Brasil está gastando quase US\$ 4 bilhões por ano com fármacos e equipamentos médicos. Importamos luva cirúrgica e fio de sutura, o que é muito ruim: gastamos dólares com coisas que podemos fazer internamente e, muito pior, ficamos na dependência do suprimento desses itens. Esses são alguns exemplos.

Engenheiro: Essa lógica enfrentou resistências?

Lessa: Eu tinha a tarefa de perseguir o desenvolvimento, o que me obrigava a lutar pela redução dos juros e gerava conflito com o Banco Central. Para recuperar o poder de comando que o BNDES já teve na articulação dos grandes projetos brasileiros, recentralizei as operações, o que irritou profundamente os bancos privados que antes participavam de financiamentos até à Petrobras. Nos anos 90, foram freqüentes empréstimos com garantias muito ruins.

Mudamos as regras: eu financio filial estrangeira desde que a matriz dê garantia ou que a empresa consiga uma carta bancária. Fiz uma porção de movimentos audaciosos, impedi que a Vale do Rio Doce caísse em mãos estrangeiras; estávamos forçando a Embraer a aumentar o coeficiente nacional de componentes; recuperamos a construção naval; elevamos muito o financiamento da pequena e média empresa. Esse estilo atritava com forças poderosas. Eu fui demitido pela imprensa 73 vezes, só na 74ª é que deu certo.

Engenheiro: E os interesses nacionais, sucumbiram às pressões?

Lessa: A minha demissão está sendo interpretada como um abandono do projeto de desenvolvimento, mas isso não é verdade. Eu nunca recebi qualquer ordem do Planalto para não fazer o que fazia. Aliás, por que eu não fui demitido nas 73 tentativas anteriores? Um dos motivos é que o desempenho do BNDES foi muito eficiente, este ano será o maior recorde da história, o que tornou difícil colocar no Lessa o carimbo de ineficiente. Mas eu resisti esse tempo todo porque o Presidente da República quis me manter. No final, ele acabou cedendo a uma pressão colossal, inclusive internacional. Como eu sou um otimista, acho que a batalha não está perdida. O Mantega (Guido Mantega, que assumiu o BNDES) vai tentar dar continuidade ao meu trabalho.

Engenheiro: Mas tudo indica que será mantida a política econômica que o senhor vinha combatendo...

Lessa: O presidente Lula está acreditando que se o Brasil tiver sucesso na política macroeconômica global, ou seja, se mantiver a taxa de inflação baixinha e obtiver superávit comercial crescente, convencerá os investidores externos a trazer mais recursos para cá. Eu lhe disse que infelizmente ele está iludido quanto a isso, porque o capital estrangeiro entra quando o País já está em crescimento.

Engenheiro: O festejado aumento de cerca de 5% do PIB é real ou faz parte das ilusões do Presidente?

Lessa: É real, no sentido que há aumento da produção corrente, porém o que dá sustentabilidade é a elevação do investimento, hoje pouco mais de 18% do PIB. Para crescer consistentemente, isso tem que subir. E só há uma maneira de fazer isso: reduzir a taxa de juros. Foi nessa batalha que eu fui derrotado. Outro ponto importante é a negociação com o FMI, porque com os atuais níveis de superávit primário, o setor público não consegue retomar os projetos de infra-estrutura e as empresas estatais estão proibidas de investir. Dependendo desses dois fatores, esse surto pode se converter num movimento permanente, senão é vôo de galinha.

# C&T

---

Com o objetivo de oferecer o “conhecimento estocado nas instituições de pesquisa à economia brasileira”, nas palavras do ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, foi sancionada, em 2 de dezembro último, a Lei 10.973, que regula os incentivos à inovação científica e tecnológica. A idéia básica é estimular parcerias estratégicas entre universidades, institutos de ciência, tecnologia e empresas.

Para tanto, autoriza a incubação de companhias e o compartilhamento de infra-estrutura, equipamentos e recursos humanos, públicos e privados. Entre os principais mecanismos de fomento estão a bolsa de estímulo à inovação e o pagamento de adicional ao servidor público – não incorporável à remuneração permanente –, com recursos captados por sua própria atividade; a participação nas receitas originadas pelo uso da propriedade intelectual e a licença, não-remunerada, para constituir empresa de base tecnológica. Prevê ainda o aporte de recursos orçamentários diretamente à empresa, com contrapartida obrigatória e a respectiva avaliação dos resultados. A encomenda tecnológica, a participação estatal, os fundos de investimentos e o apoio ao inventor independente também estão legalizados.

Na avaliação de Francelino Grandó, secretário de Política Tecnológica e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia, a lei marca um avanço para o setor. Ele exemplifica com o fato de que o Brasil desenvolve 1,5% da ciência do planeta, mas é praticamente inexistente no quesito aplicação tecnológica. Para ele, a atuação do Governo é a de “pavimentar uma via que era desejada, mas ilegal”, em referência à possibilidade de aportes financeiros diretos às empresas.

A partir disso, a expectativa, segundo Olívio Ávila, diretor executivo da Anpei (Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras), é que a nova lei facilite e agilize o desenvolvimento de projetos tecnológicos interessantes ao setor produtivo. Ele também vislumbra uma maior liberdade para a contratação de pesquisadores das universidades e dos institutos de C&T por parte das empresas.

Relator do projeto no Congresso Nacional, o deputado Ricardo Zarattini (PT-SP) acredita que o dispositivo legal vem para “derrotar uma cultura de importação de tecnologia que ainda é predominante entre os empresários”. Segundo ele, devem ser beneficiados rapidamente os setores de semi-condutores, software e medicamentos.

Os recursos públicos previstos para dar conta das expectativas, conforme informou o ministro Eduardo Campos, na solenidade de promulgação da lei, na Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) somam R\$ 37,6 bilhões de 2004 a 2007. O montante, previsto para ser aplicado em ciência, tecnologia e inovação, representa 54% a mais que os R\$ 24,4 bilhões empregados no período de 2000 a 2003. A cifra para 2005, no entanto, fica abaixo da média: R\$ 2,6 bilhões.

## Pesquisa privatizada

Apesar da euforia no Governo, a novidade foi recebida com cautela nos meios acadêmicos. Sandra Brisolla, professora aposentada do DPCT (Departamento de Política Científica e Tecnológica) da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), alerta que nem toda pesquisa é de interesse comercial. “Para que o empresário incorpore um projeto, é preciso que as novas idéias sejam tão lucrativas que suplantem o retorno econômico que ele teria ao importar tecnologias já testadas e que asseguraram resultados nos países mais industrializados. De outra forma, nem os estímulos previstos em uma lei vão funcionar.”

Já o presidente da Sociedade Brasileira de Física, Adalberto Fazzio, teme uma maior evasão dos docentes rumo à iniciativa privada, o que poderia agravar ainda mais a crise já vivida pelas universidades. Por isso, ele defende cautela por parte das instituições de ensino ao ceder, justamente, aqueles profissionais imprescindíveis à formação dos recursos humanos vitais à ciência.

De acordo com Fazzio, o Governo não pode entregar às empresas, “que quase sempre visam lucros imediatos”, a condução das pesquisas científicas. “O País precisa continuar investindo em áreas estratégicas, nas suas prioridades de Estado, nem sempre de interesse da iniciativa privada, e destinando recursos às universidades para isso.”

Ainda mais contundente nas críticas à iniciativa, a Adusp (Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo) classificou-a, no boletim informativo da entidade, como “um dos corolários da aplicação dos ‘ensinamentos’ do Banco Mundial na área da educação e da ciência”. A afirmação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que “a partir dessa lei o Brasil será outro” é ironizada pela publicação. “Certamente será: as instituições federais de ensino e pesquisa, hoje sucateadas ou em vias de, ficarão a um passo do desmanche e da completa privatização.”